

ATA N.º 5/2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2021:

No dia dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas dezasseis horas, por videoconferência, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

Através do edital nº 69/DAFRH-DAAG/2021, de harmonia com a alínea m) do n.º 1, do art.º 35.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 40., do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi convocada a segunda reunião de câmara pública ordinária do mês de fevereiro, para o dia 17 de fevereiro de 2021, às 16.00 horas, a realizar-se por videoconferência ao abrigo dos nºs. 2 e 3, da Lei 1-A/2020, de 19 de março, na sua atual redação, e em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros 96-B/2020, de 12 de novembro, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde e em conformidade com o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 3/2021, de 14 de janeiro. Neste contexto a participação do público fica sujeita a inscrição prévia.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025

PONTO 2 – Aceitação de doações - Ratificação

PONTO 3 – Aceitação de doação

PONTO 4 – Empreitada de “Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela” – Aprovação de trabalhos a menos

PONTO 5 – Autorização para abertura de procedimentos concursais comuns, visando a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado

PONTO 6 – Protocolo de Colaboração entre a Fundação Santa Rafaela Maria e o Município de Palmela no âmbito do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

PONTO 7 – Projeto Digital de Proximidade – Contrato de Comodato entre o Município de Palmela e a Associação de Municípios da Região de Setúbal

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística / Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 01.02.2021 a 14.02.2021.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 01.02.2021 a 14.02.2021.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 03.02.2021 a 15.02.2021, no valor de 1.676.795,66 € (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco euros e sessenta e seis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 16.02.2021, apresenta um saldo de 11.434.657,56 € (onze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 9.897.580,89 € (nove milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta euros e oitenta e nove cêntimos);

- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.537.076,67 € (um milhão, quinhentos e trinta e sete mil e setenta e seis euros, e sessenta e sete cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Voto de pesar** (Chefe Francisco Jones).

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

- . **Voto de Pesar** (Ernesto Rocha Neto).

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente passa à leitura dos votos de pesar que se transcrevem:

- . **Voto de pesar** (Chefe Francisco Jones).

“As/os Bombeiras/os do Concelho de Palmela e da região estão de luto. Faleceu, a 11 de fevereiro, aos 61 anos de idade, o Chefe Francisco Manuel Barrocas Coelho Jones, vítima de doença prolongada, agravada pela COVID-19.

O Chefe Jones iniciou a sua carreira ao serviço do Corpo de Bombeiros de Palmela como Cadete, a 1 de janeiro de 1975, com apenas 15 de anos de idade, e ao longo de mais de 46 anos de serviço e dedicação à causa, distinguiu-se pela competência, coragem e empenho. Efetuou todos os cursos de promoção, fruto da sua vontade de saber sempre mais e de colocar as suas aprendizagens ao serviço da segurança e do socorro às populações, sendo promovido a bombeiro de 3.ª classe em 1981, de 2.ª classe em 1987, de 1.ª classe em 1992, Subchefe em 1993 e Chefe a 10 de novembro de 1995. Foi nomeado Adjunto de Comando em 2002, funções que exerceu até 2012.

A sua coragem e valentia, nos teatros de operações mais complexos, eram uma inspiração para quem com ele cresceu e aprendeu. Bombeiro de méritos firmados, esteve presente em grande parte dos cenários mais complexos, no combate a incêndios rurais, de norte a sul do país.

Condecorado e com múltiplos louvores, foi louvado pela Associação Humanitária de Bombeiros de Palmela em 2014, recebeu, em 2015 – o primeiro ano em que foi atribuída - a Medalha Municipal de Comportamento Exemplar (Grau Ouro) e, em 2019, o Crachá de Ouro da Liga de Bombeiros Portugueses pelo contributo «para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão dos bombeiros».

A par da carreira como Soldado da Paz, esteve ligado ao universo ferroviário durante três décadas, como funcionário da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, no Barreiro.

Doente e debilitado há muito tempo, as/os colegas Bombeiros/os recordam a sua resiliência e apoio, continuando a assumir turnos sempre que possível, mesmo noturnos, numa derradeira demonstração de abnegação e amor pela casa que o viu crescer.

Reunida a 17 de fevereiro de 2021, a Câmara Municipal de Palmela lamenta o falecimento do Chefe Francisco Jones e endereça sentidas condolências à sua família, à Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela e ao seu Corpo de Bombeiros.”

Submetido o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Voto de pesar (Ernesto Rocha Neto).

“Faleceu, aos 79 anos de idade, Ernesto Rocha Neto, dirigente aposentado da Câmara Municipal de Palmela.

Nascido a 12 de janeiro de 1942, em Alcobaça, cresceu em Lisboa e concluiu a sua licenciatura em Finanças no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa a 3 de abril de 1974.

Iniciou a sua carreira na Câmara Municipal de Palmela a 2 de abril de 1986, como Adjunto de Gabinete e, em janeiro de 1987, passou a Diretor de Projeto Municipal, na área de Informática. No mesmo ano, foi requisitado para a então Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, onde exerceu funções como Administrador Delegado.

Regressou ao Município em janeiro de 1994 para assumir o cargo de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, que manteve até à sua aposentação, em 2004.

Num período em que tudo estava a acontecer no Portugal e no Poder Local Democrático do pós-25 de Abril, desde a entrada na CEE à adesão à União Europeia, o processo de modernização e qualificação administrativa da Câmara Municipal de Palmela muito deve à visão estratégica e à gestão rigorosa de Ernesto Rocha Neto.

Mas a sua marca na organização vai muito além das suas competências técnicas e diretivas. As equipas que trabalharam consigo e sob a sua direção recordam-no com elevada estima e sublinham a sua enorme capacidade de trabalho, a franqueza, a amabilidade e o marcante sentido de humor.

Reunida no dia 17 de fevereiro de 2021, a Câmara Municipal de Palmela lamenta o falecimento de Ernesto Rocha Neto e endereça à sua família sentidas condolências.”

Submetido o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Semana das freguesias** – O **Sr. Presidente** refere que não foi possível efetuar na totalidade todas as ações que estavam previstas para a semana da freguesia de Marateca, pelo que espera que a partir de meados do mês de março, se houver algum desconfinamento, já seja possível realizar um conjunto de contactos, reuniões e visitas.

• **Empreitadas de infraestruturação da Quinta dos Farias** - O **Sr. Presidente** informa que foi lançado o concurso para a empreitada de infraestruturação da Quinta dos Farias, o processo L-11/99 com o preço base de 249.736€, considerando o IVA. O objetivo desta empreitada é o loteamento L-11 de 99, com o preço base de 249.936 euros, e recorda que, há pouco tempo, adjudicámos a estação elevatória do sistema elevatório de esgotos, também no um investimento elevadíssimo que estará prestes a iniciar-se. Mas esta outra empreitada tem como objetivo construir e recuperar infraestruturas, onde inexistentes, garantindo as obras de urbanização deixadas inacabadas pelo promotor. A empreitada inclui a construção de redes e instalação de equipamentos de energia elétrica, incluindo um Posto de Transformação; redes de telecomunicações; limpeza de condutas, instalação de tampas e de válvulas na rede de abastecimento de águas; limpeza e colocação de tampas nas redes de águas residuais domésticas e pluviais, entre outros trabalhos. Na mesma urbanização começará em breve a obra de construção do sistema elevatório de esgotos, nomeadamente, a estação elevatória e coletor, adjudicada por 173.638,56€, com IVA incluído.

• **Jardim de Cabanas** – O **Sr. Presidente** informa que a obra de requalificação do Largo Melo e Castro, mais conhecido como Jardim de Cabanas, está adjudicada por 242.650,38€. Esta empreitada inclui a remodelação do Espaço de Jogo e Recreio, tendo como principal objetivo a criação de um espaço inclusivo, com equipamento adaptado para todas as crianças e jovens; a manutenção e reforço da arborização para melhoria do conforto climático, bem como a introdução de estrutura verde arbustiva e herbácea no canteiro a norte, com espécies autóctones, que implicam melhor adaptação, menos consumo de água e maior facilidade de manutenção e o reforço e remodelação da iluminação existente, para melhorar as condições de utilização e segurança para quem utiliza o espaço. Desta obra, faz ainda parte o reordenamento e reforço do estacionamento automóvel existente na zona. A empreitada visa criar um espaço mais naturalizado, mais inclusivo e mais comunitário que virá contribuir para a qualidade da imagem urbana e terá um prazo de execução de 120 dias.

• **Construção de novos ossários no Cemitério de Palmela – O Sr. Presidente** informa que vai a concurso a empreitada para a construção de 160 ossários, no cemitério de Palmela, que está em consulta prévia com o preço base de 52.894,00€, considerando o IVA. O edifício será composto por duas frentes, com 80 ossários cada, dispostos costas com costas, organizados em 4 níveis na vertical e 20 unidades na horizontal. A construção seguirá os alinhamentos, cérceas e a lógica dos edifícios contíguos, quanto à imagem, composição, sistema construtivo, materiais e acabamentos. O edifício apresentará uma solução mista de betão e alvenaria de tijolo cerâmico, que envolverá os módulos pré-fabricados dos ossários, em betão. O projeto foi desenvolvido internamente e pretende garantir área livre de circulação dos utentes em condições de segurança e dignidade. Além disso, respeita a necessidade de otimizar e preservar a área de solo disponível, considerando que o espaço existente no cemitério é limitado e não apresenta grandes possibilidades de crescimento. Fica, assim, disponível área de reserva para uma expansão futura deste tipo de solução. O prazo de apresentação das propostas é de 18 dias.

• **Prolongamento da Rua João de Deus, em Pinhal Novo – O Sr. Presidente** informa que foi adjudicado o projeto de pavimentação e beneficiação do prolongamento da Rua João de Deus, em Pinhal Novo, por 9.163,50€ com IVA incluído. A obra irá ser mais dispendiosa, porque não se trata apenas de uma pavimentação, mas também visa remodelar e colocar infraestruturas, porque aguardou-se, durante muitos anos, que fosse ali construído um loteamento perpendicular que iria dar resposta às necessidades infraestruturais, contudo, esse loteamento nunca avançou e esta obra é um compromisso de mandato, pelo que chegou o momento do município avançar. O projeto visa definir a solução viária para o prolongamento da rua, garantir a maximização do estacionamento, drenagem pluvial, a remodelação da rede de águas e iluminação. Prevê, ainda, contemplar uma solução pedonal, de acordo com todas as boas regras e práticas de acessibilidade e proporcionar uma melhor circulação viária e pedonal, como também disciplinar o estacionamento automóvel e beneficiar a imagem urbana naquela zona sul de Pinhal Novo.

• **Controlo de perdas de água no sistema de abastecimento da vila de Palmela – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e informa que o município iniciou, no dia 26 de novembro, a obra para a melhoria de controlo e redução de perdas de água na rede de abastecimento público do sistema de abastecimento da vila de Palmela, a qual permitirá melhorar o desempenho ambiental e os indicadores da qualidade do serviço. Apesar dos sistemas de abastecimento de água do município de Palmela apresentarem valores de perdas reais de água de cerca de 22%, pouco acima das metas nacionais do PEASAR, que é de

20%, o sistema de controlo resultante permitirá ainda, uma maior eficiência hidráulica dos sistemas. A obra consiste na instalação de diversos sistemas medição por controlo de telemetria em 47 locais, que permitirão monitorizar as zonas de monitorização e controlo (ZMC), a criar no sistema de abastecimento, que permitirá detetar consumos excessivos e perdas de água na rede de abastecimento, ou seja, será instalado em cada local de medição e controlo um contador ultrassónico, em caixa enterrada com válvulas e uma antena GPRS que transmite para o centro de comando os dados de volumes de água e caudais. Em simultâneo, serão efetuados os fechos de malha da rede e instaladas válvulas de seccionamento em diversos nós o que permitirá a equalização de pressões e isolar determinados sectores da rede de abastecimento em caso de necessidade de intervenção. A obra tem uma duração de 270 dias e corresponde a um investimento de quase 360 mil euros, comparticipada em 40%, na sequência de uma candidatura da autarquia ao POSEUR. Refere que, numa primeira fase, o empreiteiro efetuou os trabalhos preparatórios que uma obra desta natureza exige, procedeu ao aprovisionamento de materiais e equipamentos, pelo que irá ser a partir deste momento que a obra se tornará mais visível no terreno, nomeadamente com as escavações para a execução das caixas subterrâneas para a instalação dos equipamentos de medição e controlo, substituição de válvulas, e a instalação de novas em adicional, e fechos de malha em condutas.

• **Investimentos na remodelação do sistema de abastecimento de água no Pinhal Novo- Remodelação dos nós na rede na zona Norte / Poente – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que o município continua a realizar os investimentos programados na modernização e melhoria da rede de abastecimento de água no Pinhal Novo, estando em curso a obra de remodelação dos nós na Rede do Pinhal Novo, na zona Norte/poente, abrangendo a área da zona da Sulpoente, Rua S Francisco Xavier, Rua Camilo Castelo Branco e outras. À semelhança da intervenção anteriormente efetuada na zona Sul da Vila, esta obra permitirá a melhoria do desempenho hidráulico do sistema de abastecimento e o seccionamento, o que permitirá a melhoria de pressões e isolar determinados sectores da rede de abastecimento em caso de necessidade de intervenção. Com um investimento de 44.590,50€, a obra teve início a 16 de dezembro de 2020 e já resultou na beneficiação de 28 nós na rede de abastecimento, com a instalação de novas válvulas de seccionamento e fechos de malha. Neste momento, falta apenas intervir em de 4 nós, prevendo-se a sua conclusão até final de Fevereiro. Aproveita para informar que no dia 18 de fevereiro, previsivelmente entre as 09H00 e as 18H00, haverá uma interrupção provisória do abastecimento de água que abrangerá a Zona Norte/Poente, que inclui a Rua Padre José Estevens Dias, no troço compreendido entre a Rua dos Bombeiros Voluntários do Pinhal Novo e a Rua Samuel Lupi dos Santos, Av. Capitães de Abril, Rua Alves Redol, Rua Guerra Junqueiro e a Rua Luis de Camões, no troço compreendido entre a Rua Guerra Junqueiro e Aceiro José Camarinho. Esta interrupção é indispensável para a conclusão dos trabalhos de remodelação dos nós de ligação

da rede de abastecimento de água, uma obra que tem como principais objetivos melhorar o serviço prestado à população, em termos de fiabilidade, pressão e caudal de água disponível. Informa ainda que o município prosseguirá o plano de investimentos no sentido de reforçar o sistema de abastecimento público de água ao Pinhal Novo, dos quais se destacam as intervenções previstas na remodelação e conduta adutora na Avenida Gago Coutinho e duplicação de circuitos alternativos.

• **Ensino não presencial – Fornecimento de refeições a alunos carenciados e a alunos em escolas de acolhimento** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e informa que o município, em conformidade com as suas competências e atribuições, garante, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar, o acesso a refeições aos alunos de pré-escolar e 1º ciclo, da rede pública. Refere que neste atual contexto causado pela pandemia e neste período de aulas não presenciais, o fornecimento de refeições escolares sofreu obviamente profundas alterações, tendo sido implementadas medidas extraordinárias que, ajustadas à conjuntura, procuraram responder às necessidades das famílias. No conjunto das alterações introduzidas, destaca o fornecimento das refeições escolares a alunos carenciados (escalão A e B) em regime de take away, sendo que os pais e/ou encarregados de educação poderão levantar a refeição na escola do seu educando ou noutra que indiquem; a entrega das refeições ao domicílio para os alunos carenciados do Agrupamento de Escolas José Saramago, mediante serviço de confeção e entrega assegurado pelas IPSS. Refere ainda que este apoio excecional de entrega ao domicílio deve-se ao facto deste ser um Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP) e de ser uma zona geograficamente dispersa; o acolhimento e fornecimento de refeições para filhos de trabalhadores de serviços essenciais, nas Escolas de Acolhimento. Na atual fase pandémica, e nos termos do Artigo 31.º-B, do Decreto n.º 3-C/2021, de 22 de janeiro, foi criada a rede de escolas de acolhimento que encontram-se abertas para a receção e acompanhamento dos filhos ou outros dependentes a cargo de trabalhadores de serviços essenciais. Informa que o número atual de alunos a beneficiar de refeições, são 170 crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico, com 40 alunos no Agrupamento de Escolas de Palmela, 55 alunos no Agrupamento de Escolas José Saramago e 75 alunos no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos. Também estão a ser fornecidas refeições a 21 alunos do 2.º e 3.º ciclos da EB José Saramago, irmãos de crianças e alunos beneficiários desta medida.

• **Medidas de apoio alimentar** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que em relação ao apoio prestado a famílias em condições de fragilidade social, no âmbito do POAPMC – Programa Alimentar de Apoio a Carenciados -2021, estão a ser fornecidas 772 refeições, com a possibilidade de aumentar ainda mais, para cerca de 59 pessoas. Relativamente ao Cabaz

Solidário Saudável – 2020, a primeira e a segunda distribuição abrangeu um total de 692 pessoas, em 217 famílias. Refere que ao abrigo do Programa de Emergência Alimentar, Cantina Social, estão a ser distribuídas diariamente 94 refeições quentes em regime de *take away*, 17 pelo Centro Social de Quinta do Anjo, 33 pela Santa Casa da Misericórdia de Palmela e 44 pela Fundação COI. No âmbito da Rede Local de Apoio Alimentar – Refeições Quentes, informa que no ano de 2020, foram apoiados três agregados, um casal idoso residente em Palmela, bem como um casal e uma família monoparental residentes em Pinhal Novo e, em 2021, foram apoiados até à data quatro agregados, um casal idoso residente em Pinhal Novo, um idoso com deficiente a cargo residente em Palmela, uma pessoa isolada residente na Marateca, bem como uma munícipe isolada residente em Palmela., num total de 7 agregados.

• **Atividades culturais e desportivas** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta os presentes e refere que num período particularmente difícil, torna-se imprescindível reforçar e valorizar o papel da cultura e do desporto e os contributos que estes mantêm para a manutenção de uma comunidade mais saudável, mais participativa, inclusiva e dinâmica. Depois, o facto dos equipamentos culturais municipais se manterem encerrados ao público, não implica que as atividades culturais se mantenham suspensas, pelo contrário, torna-se primordial garantir a concretização de propostas, mesmo que em formato alternativo. Por isso, nessa lógica e em articulação com diferentes agentes culturais locais, vão realizar-se sete oficinas temáticas, a dinamizar nos próximos três fins de semana. Estas oficinas, em formato digital, são dirigidas ao segmento juvenil/adulto e ao segmento infantil/familiar, decorrendo respetivamente aos sábados à tarde e aos domingos de manhã, com exceção da oficina de canto, que decorrerá à sexta-feira. A dinamização destas sete oficinas estará a cargo da DançArte/Passos e Compassos, Associação FIAR, Xana Simões e Ana Nogueira. Refere ainda, que por impossibilidade de poder ter público presencial, a programação cultural decorrerá por via digital, da qual destaca um espetáculo de circo, pelas Companhias Dallas e Chen, no dia 6 de março e o espetáculo Terra (dança e música) que assinala os 100 anos de Astor Piazzolla, no dia 11 de março. Refere que também a Biblioteca e o Museu Municipal estão a desenvolver atividades com o objetivo de manter a ligação à comunidade neste período em que os equipamentos estão encerrados, de modo a dissipar o mais possível as fronteiras que o confinamento impõe sem, por isso, descurar as questões de segurança. A Rede de Bibliotecas Públicas do Município está a proceder à entrega de livros em casa dos leitores, mediante pedido prévio que pode ser feito por telefone, e-mail ou através do catálogo das Bibliotecas. Uma equipa desloca-se a todo o concelho, em função das solicitações recebidas ao longo da semana, assegurando o acesso aos livros num serviço que tem por objetivo primordial continuar a promover a leitura e o conhecimento. Para além da entrega de livros ao domicílio, foi criada a rubrica semanal de sugestões de literatura, cinema e música, que procuram ser diversificadas, com propostas alternativas na perspetiva de alargar o leque de opções. Também, está em

marcha a Hora do Conto, com a difusão semanal de leitura de livros infantis, cujos vídeos terão sempre associada língua gestual portuguesa, de modo a ser instrumentos de promoção de leitura mais inclusivos. O Museu Municipal tem procurado assegurar diariamente um conjunto de publicações no seu Facebook, mantendo viva a relação com os seus públicos e procurando estimular a curiosidade pelo acervo e pelo património cultural do concelho. Na área do desporto e num período em que, como consequência do estado pandémico, foi decretado novo estado de emergência e consequentemente o confinamento da população em suas casas, a Câmara Municipal de Palmela irá, durante as próximas semanas, lançar algumas propostas de atividades, que têm como objetivo transmitir uma mensagem de apoio e solidariedade à população, procurando trazer uma maior proximidade entre a comunidade, transmitir os benefícios físicos e psicológicos e também a necessidade de manter as pessoas ativas, mostrando que é possível praticar atividade e exercício físico em casa, em segurança e em família.

Assuntos apresentadas pelos/a Srs./a Vereadores/a Paulo Ribeiro, Raul Cristovão, José Calado e Mara Rebelo

• **Questão apresentada por um Múncipe: velocidade excessiva na Estrada do Cemitério, em Palmela** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que rececionou uma questão de um município em relação à estrada do cemitério de Palmela e do excesso de velocidade que alguns automobilistas ali praticam. Este e outros municípios pedem uma intervenção naquela estrada. Para além disso, também se queixa de não ter obtido ainda uma resposta da autarquia.

• **Aceiro do Anselmo** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que têm falado abundantemente sobre a situação do Aceiro do Anselmo e cujos moradores daquela zona se queixa de uma promessa que foi no início do ano e que previa fazer ali uma intervenção que melhorasse a situação do estado de degradação, apesar de considerar que essa intervenção não é aquele que aquele aceiro merece, mas o facto, é que ainda não foi feito nada.

• **Processo de vacinação no concelho de Palmela** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que sobre o processo de vacinação no concelho, a questão dos lares parece estar de alguma forma atrasada, muito por causa de alguns surto que entretanto surgiram e que ainda estão ativos mas, pede informação sobre a atual situação do processo de vacinação nos lares, das corporações dos Bombeiros e também, apesar de estar numa fase inicial e também pela consequente falta de vacinas, pergunta para quando está programada a generalização da

vacinação em pessoas com mais de 80 anos e outras maiores de 50 anos com outras morbilidades.

• **Retorno às aulas não presenciais** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** questiona como se encontra a situação das escolas e este atual retorno às aulas não presenciais, ou seja, quantos computadores já foram distribuídos pelo Ministério da Educação no concelho de Palmela, quantos faltam distribuir e também quais as condições de acesso à internet por parte dos alunos e professores.

• **Questão apresentada por um Múncipe: velocidade excessiva na Estrada do Cemitério, em Palmela** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere a vereação do PS também teve conhecimento da queixa do município sobre a velocidade excessiva na Estrada do Cemitério, em Palmela e que também se queixa da falta de resposta da autarquia até à presente data. Depois, refere que não é só aquela estrada, infelizmente, muitas outras estradas municipais que foram alcatroadas recentemente, são alvo da prática de velocidades excessivas por parte de muitos automobilistas e, muitas destas estradas têm pequenas bermas e por vezes nem bermas têm e cujas entradas das casas estão junto à estrada, criando problemas de visibilidade e eventuais acidentes. Em relação à estrada do cemitério, sobretudo, perto da zona do Centro de Saúde, de facto, verifica-se ali vários excessos de velocidade, apesar de lá estar a sinalética vertical para circular até de 50 km/h, de nada tem adiantado. O reclamante solicita um sinal com uma maior redução de velocidade. De 30 km/h e não sabe se é possível, mas reconhece que aquele pequeno troço é alvo de excessos de velocidade e cuja estrada tem um perfil igualmente complicado.

• **Processo de vacinação no concelho de Palmela** – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** também questiona sobre a situação do processo de vacinação no concelho, apesar de conhecer as condicionantes que existem, neste momento, com surtos ativos em alguns lares, mas, ainda assim, questiona se já é possível saber quantos idosos foram vacinados e quantos faltam vacinar. Em relação à generalização da vacinação de pessoas com mais de 80 anos, depois de saber da criação do centro de vacinação no Pavilhão em Pinhal Novo, questiona o que está a ser pensado sobre os problemas de deslocação das pessoas com mais idade, nomeadamente das zonas rurais, uma vez que muitas não têm capacidade financeira para pagar a sua deslocação num táxi para poder ir até ao Centro de vacinação. Para além desta questão da deslocação e transporte destas pessoas, questiona também como tem sido tratado o facto de muitas destas pessoas não terem acesso aos meios digitais ou telemóveis e pergunta como estão a ser processados esses contactos.

• **Campanha feita pela Câmara Municipal de Palmela “Em linha por si” – O Sr. Vereador José Calado** em relação à campanha da autarquia “Em linha por si”, refere que a corporação de bombeiros de Pinhal Novo tem estando em parceria com o Centro Social Paroquial de Pinhal Novo a desenvolver um trabalho de apoio às populações, em relação a recolha de bens essenciais e perguntas até que ponto, essas pessoas que têm estado a apoiar podem vir a ser a usufruir do apoio desta linha, ou seja, qual é o alcance e objetivo e o apoio propriamente dito desta linha.

• **Rua do Anselmo / Rua dos Ferroviários – O Sr. Vereador José Calado** questiona sobre o ponto de situação da obra na Rua dos Ferroviários e Aceiro do Anselmo.

• **Linha de apoio social da Câmara Municipal de Palmela “Em linha por si” – A Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e sobre a linha de apoio social da Câmara Municipal de Palmela “Em linha por si”, sem menosprezar todas as questões que estão a ser colocadas, refere que a questão mais preocupante, atualmente, a nível concelhio, é a situação catastrófica que algumas pessoas/famílias estão a passar, com fome, com privações e, obviamente, que a pandemia tem sido o grande causador disto. Refere que, em menos de um mês, a instituição onde trabalha, duplicou o número de cabazes alimentares, passou de 257 para 552 pessoas que estão a ser abrangidas por estes cabazes e, mesmo assim, não estão a conseguir dar resposta a todas as solicitações. No entanto, revela alguma confusão, até porque já tinham falado sobre o programa “Em linha por si”, uma linha de atendimento e apoio social que diz “ligue, que nós ajudamos, porém, questiona se esta linha está a ser direcionada para o cabaz solidário saudável que a autarquia promoveu ou se está a ser direcionado para as instituições que compõem a rede social do concelho de Palmela, porque a informação que teve conhecimento, é que esta linha está apenas a ser, como o próprio nome indica, uma linha de ligação que encaminha para outras instituições que dão apoio alimentar. Portanto, pergunta se esta articulação foi feita com as instituições e se estas mesmas instituições têm conhecimento que esta linha está a direcionar as pessoas para os cabazes, para as cantinas sociais, para este tipo de apoios, porque ficaram agora a saber, que também os bombeiros estão a apoiar na recolha de alimentos para as pessoas, por isso pergunta se está a haver um cruzamento destas famílias, porque é preciso ajudar quem realmente precisa, mas também é necessário ter a preocupação de não duplicar quem já recebe apoios, isso é muito importante, porque só assim é que se consegue chegar a um maior número de pessoas. Portanto, a questão é saber como está a ser tratado este assunto.

Às questões apresentadas pelos/a Srs./a Vereadores/a Paulo Ribeiro, Raul Cristovão, José Calado e Mara Rebelo, são dadas as seguintes respostas:

_ Processo de vacinação no concelho de Palmela – O Sr. Presidente sobre a questão da vacinação no concelho, informa que diariamente, ininterruptamente, desde o início da pandemia, fala com os representantes da saúde pública no concelho, a nível distrital, a nível regional e também com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, quando a situação fica mais complicada e não obtém resposta relativamente a esta matéria da vacinação. Em relação à questão dos bombeiros que receberam a 1ª inoculação há mais de 3 semanas, receberam hoje a 2ª dose mas, até à data de hoje, são solicitadas diretamente às Associações de Bombeiros, através da ARS e da Comissão Distrital de Proteção Civil, tendo em vista aferir os critérios de prioridade definidos com a Associação Nacional de Emergência e Proteção Civil, refere que cerca de 103 bombeiros das 3 corporações do concelho já foram vacinados já com a 1ª dose e quando tomarem a 2ª dose, vão ter cerca de 150 bombeiros já vacinados, das 3 corporações. No entanto, a preocupação, no momento atual, são os bombeiros que fazendo parte dos critérios, que contraíram a COVID-19, não puderam ser vacinados e, portanto, a última questão que colocou ao ACES é saber quando é que estes bombeiros vão ou não estar incluídos numa próxima ação de vacinação no âmbito deste plano nacional que tardou a ser implementado, mas que finalmente parece estar a acontecer no concelho e a dar resposta à quase a totalidade dos bombeiros de acordo com os critérios. Informa, também, que uma das preocupações que tem feito chegar ao ACES, está relacionada com as listas que o município tem feito chegar, para que quem dirige o plano de vacinação a nível regional possa ter uma melhor noção daquilo que existe no território e analise até que ponto, possa haver alguns destes grupos que devam fazer parte dos grupos prioritários dos serviços considerados essenciais. Essa lista foi enviada há mais de duas semanas com a indicação de todos os funcionários e funcionárias das IPSS, associações e instituições que prestam o serviço de apoio domiciliário, obviamente, com a informação disponibilizada pelas instituições. A fase mais recente está relacionada com quem está institucionalizado em estruturas residenciais para pessoas com deficiência, que não obstante o trabalho de prevenção e os planos de contingência que essas estruturas têm implementado com todo o rigor, também deveriam ser equacionadas nos planos de vacinação. Em relação às pessoas com mais de 80 e os maiores de 55 anos com algumas doenças específicas, informa que a autarquia preparou todo o apoio e estrutura municipal para a chamada vacinação em massa que havia sido anunciada, para ter início a partir do dia 8 de fevereiro. A criação de um centro de vacinação que tem ali, em média, a possibilidade de vacinar 60 pessoas em simultâneo, foi preparado no pavilhão desportivo municipal Pinhal Novo, a partir desse momento, também questionou o ACES quanto à metodologia da vacinação noutras freguesias, se era necessário outros equipamentos do género noutras freguesias, cuja resposta foi negativa, visto que partiu-se do pressuposto que, em princípio, a vacinação nos espaços existentes nas outras freguesias será suficiente,

nomeadamente os centros de saúde e extensões de saúde, à semelhança do que aconteceu com a vacinação da gripe. Mas, se houver questões com o transporte, a autarquia que tem nesta matéria ultrapassado as suas atribuições e competências, tem feito parte da solução e tem contribuído para a facilitação e agilização do processo e não deixará de garantir e de acionar o apoio, em transportes, se alguém tiver de ser deslocado para ser vacinado num único local e quanto à forma de convocatória, refere que a autarquia também alertou para esta questão, porque é um processo que não é acessível aos cidadãos mais idosos. Em relação à questão das vacinas, têm chegado aos poucos à região de Lisboa e Vale do Tejo, mas com os anúncios que foram feitos ainda, esta semana, na comunicação social, estima-se que as vacinas vão chegar em doses mais significativas. No entanto, em relação à vacinação nos lares, acredita que o ACES, a ARS-LVT e a Segurança Social subestimaram os dados que foram enviados pela autarquia, desde o início deste processo, aliás, recorda que a autarquia alertou para a existência de cerca de 25 estabelecimentos conhecidos, quase todos licenciados, outros em processo de licenciamento, mas quando foram ao terreno, apoiados pelos bombeiros, descobriam casas de repouso e lares nos sítios mais inesperados e inóspitos, chegando a 87 estabelecimentos, portanto, o ritmo de vacinação não é o desejado, no entanto, quando a vacinação é para ser posta em prática, por vezes, são detetados na véspera ou antevéspera casos que depois são confirmados no próprio dia como surtos e, obviamente, que agora nesta 2ª fase, já foi identificado qual seria o estabelecimento ou o lar a entrar em fila de espera, para aproveitar a vinda de toda esta a logística que a vacinação implica. Este trabalho está a ser feito em parceria com o ACES Arrábida e, ao contrário do que se estimava, em vez dos 50% vacinados, estão cerca de 25%, se tanto. Portanto, essas listagens foram reenviadas para se ter a noção real de como as vacinas devem ser distribuídas porque, obviamente, estes idosos institucionalizados e respetivos funcionários das estruturas estão também na prioridade da vacinação, mas também ainda há profissionais de saúde, quer do sector público, quer do privado, que ainda não foram vacinados, portanto, diariamente, estão a procurar fazer o ponto de situação. Realça que, nesta matéria, a autarquia tem feito aquilo que lhe compete, desde dar elementos, disponibilizar-se para ajudar e pressionar, para que o processo se inicie rapidamente, para que entre numa velocidade desejável no concelho, porque é um concelho muito grande. A infraestrutura foi montada no pavilhão, investiu-se no aluguer de estruturas, macas, suportes para pendurar o soro, enfim, um investimento que não é barato e, que, até ao momento, está subaproveitado.

_ Velocidade excessiva na Estrada do Cemitério, em Palmela – O Sr. Vereador Adilo Costa em relação à estrada do cemitério refere que o limite de velocidade é de 50 km/h e só quando chega perto da Igreja, é que passa para 30 km/h. Eventualmente, parte da solução poderá ser a redução do limite de velocidade para 30km/h em toda a extensão da estrada, obrigando a uma maior prudência por parte dos automobilistas. Em relação à queixa

apresentada por escrito, refere que irá averiguar com os serviços o que se passou e por que razão possa não ter havido uma resposta.

_ Aceiro do Anselmo/ Rua dos Ferroviários – O Sr. Vereador Adilo Costa refere que, ainda este fim de semana, foi feita uma intervenção ainda maior no Aceiro do Anselmo, por parte da autarquia, porque também recebeu uma reclamação de uma munícipe e, porque também se considerou que o trabalho efetuado pela Junta de freguesia, sobretudo depois da intempérie que se seguiu, acabou por ser prejudicado, portanto, este fim de semana, houve uma intervenção por parte da autarquia naquele local. Relativamente à Rua dos Ferroviários, informa que, neste momento, falta colocar o betuminoso, porque tudo o resto está feito, ou seja, já foram executadas as ligações aos sumidouros, pelo que supõe que, durante a próxima semana, se não chover, irá ser colocado o pavimento.

_ Retorno às aulas não presenciais – O Sr. Vereador Adilo Costa em relação ao retorno às aulas presenciais, refere que o município tem o levantamento das necessidades das escolas e daquilo que o Ministério da Educação se comprometeu, que está a fazer em parte, mas há que ter em conta que há prazos que decorrem das informações que têm aparecido na comunicação social. Informa que no Agrupamento de escolas José Saramago, foram entregues todos os computadores e curiosamente, sobram 65 computadores, que após conversa com a Sra. Diretora da Escola e com o Sr. Delegado Regional, prevê-se criar uma articulação entre ciclos, em que parte desses equipamentos possam ser introduzidos no sistema e cedidos, por exemplo, ao Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, onde ainda estão em falta no escalão B. Felizmente, o escalão A encontra-se coberto na totalidade, mas no escalão B encontra-se em falta 38 computadores para o 2º e 3º ciclo no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos e 64 computadores para o 1.º ciclo, num total de 102 ainda em falta. No agrupamento de Escolas de palmela, estão em falta 148 computadores no 1º ciclo do escalão B e 70 no 2.º e 3.º ciclo, ou seja, um total de 218 computadores, que o Ministério garantiu estar finalizado até finais de março. Refere ainda que não tem o número exato sobre a entrega de computadores para as escolas secundárias, mas a que foi referido pela Sra. Diretora da escola Secundária de Palmela que os computadores entregues pelo Ministério da Educação cobrem a totalidade dos alunos carenciados, mas ainda não tem números exatos que possa apresentar. Em relação à Escola Secundária de Pinhal Novo, os diretores de turma fizeram todo o levantamento dos alunos carenciados e todos esses alunos identificados terão os computadores disponíveis até ao final desta semana.

_ Campanha feita pela Câmara Municipal de Palmela “Em linha por si” – O Sr. Vereador Adilo Costa relativamente à questão sobre a “Em linha por si”, refere que é um

programa complementar, ou seja, é uma resposta da autarquia e dos seus técnicos que visa criar um circuito que ajude aqueles que estão a passar por um momento de emergência e, de facto, tem havido casos de emergência que têm de ser resolvidos no imediato, mas que depois, se for necessário, estes mesmos casos serão articulados com a Segurança Social e com a Rede Social, portanto, não há aqui uma situação de duplicação, uma vez que a autarquia está a cumprir as regras, os protocolos e procedimentos existentes com rede social e, por isso, o número de pessoas que têm sido encaminhadas, através desta linha, não representa um número elevado. Em relação à questão da duplicação do número do fornecimento do programa de apoio ao PNC, estavam previstos para rede Social do concelho e, o que aconteceu com a Fundação COI, foi o mesmo que aconteceu com o Centro Social de Quinta do Anjo e com a União Sol Crescente na Marateca, ou seja, verificou-se a duplicação em todos, acordada, obviamente, na reunião que foi realizada na Biblioteca de Palmela, na qual também se acordou que poderia haver um acréscimo de 10%, ou seja, neste contexto, poderão ser apoiados, no caso da Fundação COI mais 45 pessoas, no Centro Social de Quinta do Anjo mais 9 pessoas e na União Sol Crescente na Marateca mais 5, num total de 59 pessoas que ainda poderão estar enquadradas e que, neste momento, não estão, pelo menos, pelos dados que tinha à data. Portanto, de facto a Fundação COI duplicou o número de pessoas apoiadas, de 276 para 552 destinatários.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** recorda que nessa reunião, abordou-se as dificuldades em encontrar beneficiários e que, de um momento para o outro, que foi o que aconteceu, os números de pedidos de apoio aumentaram, por isso, neste momento, está efetivamente a existir muita fome no concelho e, apesar de haver capacidade de resposta, foi algo muito repentino, sobretudo neste segundo confinamento.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** não nega a existência desse avolumar de casos num curto espaço de tempo, porque com a continuação da pandemia e com estes confinamentos, naturalmente que isso dá origem ao aumento do desemprego e por consequência, o aumento dos pedidos de apoio. Ainda assim, pergunta se este aumento se enquadra nos parâmetros que já estavam previstos ou se ultrapassa o que estava previsto, ou seja, se no caso da fundação COI já foram ultrapassados os números previstos.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que enquadram-se nas 3 instituições.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que apesar deste aumento, os números ainda se enquadram naquilo que estava previsto, ou seja, a situação não está descontrolada, por que se estivesse, obrigava a Segurança Social e a autarquia a tomar outras medidas, nomeadamente a medida da entrega das refeições quentes, que podem fornecer e dar conta desse aumento, se ultrapassar os números previstos, mas, são, as IPSS a fazer esse serviço. Esclarece o Sr. Vereador José Calado que a autarquia não quer substitui-se à intervenção das Associações e Instituições e sim, complementar os apoios através da Rede Social, que muitas

vezes não é apenas fornecer alimentação, é muito mais do que isso. Portanto, a autarquia, pretende também apoiar em muitos outros problemas que as famílias passam, por determinados momentos, que nem sempre são problemas de ordem alimentar, mas isso tem sido feito em rede e a autarquia entende que é assim que deve trabalhar, em rede. Eventualmente, nalguns casos, são dadas algumas respostas no imediato, pela urgência da situação.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que em relação ao ensino à distância, de facto, para o bem dos alunos, dos professores e das famílias, a situação não está a correr tão mal como alguns desejariam, mas está com alguns lapsos e algumas condicionantes. No concelho de Palmela, julga que não tanto, como, aliás, pelos números que o Sr. Vereador Adilo Costa apresentou. Refere ainda que ao nível do secundário, a situação está praticamente coberta e aqueles que ainda não receberam computadores, tiveram apoio por parte da escola que abriu as suas instalações, nomeadamente a escola Secundária de Palmela, que permitiu a presença de alunos que não tinham a possibilidades de ficar em casa. No entanto, há um problema que muitos se queixam, mesmo encarregados de educação, que é a rede de cobertura da internet as quebras que existem, sobretudo, em zonas mais rurais como o Poceirão e Marateca, que têm dificuldades no acesso à rede, a qualidade e também, nalguns casos, a inexistência, mas é uma questão, cuja solução terá de passar por colocar mais antenas espalhadas pelo concelho. Portanto, é uma situação que tem de ser negociada com as entidades competentes para o efeito, porque já não se trata de uma questão de falta de equipamento, mas de não poder utilizar o equipamento nas devidas condições. Esta é uma questão que ultrapassa a escola, o empenho dos professores, o interesse e empenho dos funcionários da escola, porque, de facto, as operadoras de telecomunicações têm de fazer nesta área um esforço, no qual considera que a autarquia deveria exercer alguma pressão junto destas operadoras para que essas zonas do território fossem abrangidas.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que, na 3.ª feira, a Associação de Bombeiros de Pinhal Novo em parceria com o Centro Social Paroquial do Pinhal Novo, na complementaridade destes apoios, na distribuição de alimentos, a Sra. Diretora da instituição queixou-se da falta de arroz, este é um daqueles alimentos base na alimentação das famílias. Refere que os Bombeiros, às 5.ªs feiras facilitam a entrega desses alimentos, sobretudo às pessoas que não podem deslocar-se e, de facto, aperceberam-se que havia grande dificuldade em ter acesso a este tipo de alimentos, entre eles, o arroz, o leite, por questiona se esta linha de apoio da autarquia, “Em linha por si”, tem a possibilidade de poder também dar apoio nestas situações.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece o Sr. Vereador Raul Cristovão que a autarquia já efetuou esse contacto com as operadoras desde o início da pandemia, mas cuja resposta foi que nos próximos tempos, não entendiam fazer nenhuma alteração nem intervenção por parte das operadoras, em zonas mais rurais do concelho. Para já, essa solução parte pela colocação de mais hot spots para minimizar esse problema, no entanto e curiosamente, não tem nenhuma

queixa da parte do Agrupamento de Escolas José Saramago sobre esta questão, mas irá informar-se.

Em relação à questão levanta pelo Sr. José Calado, refere que vão verificar essa questão do arroz e o leite, mas acrescenta que tem havido um movimento de mecenas no concelho que têm dado bastante apoio na questão dos bens alimentares, desde os apoios da Central Cash que foram distribuídos pela União de Freguesias de Poceirão e Marateca, os apoios do Intermarché de Palmela distribuídos pelos Jovens da Instituição Questão de Equilíbrio, da Parmalat foram distribuídas 1,6 toneladas pela Conferência Vicentina de São Pedro de Palmela, o Grupo Sócio Caritativo da Marateca, o Grupo Sócio Caritativo da Nossa Sra. das Graças do Poceirão, do Grupo Sócio Caritativo Alimentar de Pinhal Novo, pela Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e da Visteon, através do Centro Comunitário de São Pedro da Cáritas Diocesana de Cajados, com diversos produtos alimentares, desde queijos, leite, enchidos, compotas, azeite, vegetais, sumos de fruta entre outros.

O **Sr. Presidente** refere que não é tanto esse, o objetivo, mas a autarquia irá tomar atenção a esse alerta, para que junto dos mecenas, até porque a freguesia de Pinhal Novo tem muito mais população e está, neste momento, com muita gente desempregada e é óbvio que os pedidos tendem a crescer e que vão ter de procurar direccionar para lá os apoios que conseguirem recolher.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_05-21:

«A 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025 tem os seguintes objetivos principais:

- Proceder à inscrição do saldo da gerência de 2020, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam “a definir” e a reposição de verbas utilizadas na Alteração Permutativa realizada;

- Efetuar ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento;
- Reforçar rubricas e ações no âmbito do combate à pandemia da doença Covid-19.

Receita:

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão do saldo de gerência de 2020, no valor de 10.564.543,57 € (dez milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos). Recorde-se que o saldo de gerência de 2020 foi fixado através da aprovação pela Câmara Municipal do «Mapa de Fluxos de Caixa», em reunião realizada no passado dia 03 de fevereiro, documento que se anexa à presente proposta.

Efetuu-se o ajustamento das verbas provenientes do Orçamento de Estado para 2021, no valor de 412.670€ (quatrocentos e doze mil seiscentos e setenta euros).

Efetuu-se o reforço da rubrica dos Passivos Financeiros relativo ao empréstimo de médio e longo prazos contratado à Caixa de Crédito Agrícola no valor de 3.112.000€ (três milhões e cento e doze mil euros).

Efetuu-se anulação no valor de 1.181.809€ (um milhão, cento e oitenta e um mil, oitocentos e nove euros) na rubrica de transferências de capital, ajustando o valor da comparticipação da Regularização da Ribeira da Salgueirinha, em virtude deste montante ter sido transferido no final do ano 2020.

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, de:

- Dotação de rubricas que se encontravam “a definir” no documento inicial;
- Reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior;
- Reposição de verbas utilizadas na 1ª Alteração Permutativa ao Orçamento;
- Dotação de ações de obras do empréstimo de médio e longo prazos, que se encontravam “a definir” no orçamento inicial;
- Alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual definida de 31,3 milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de 43,6 milhões de euros. As principais modificações introduzidas nas GOP são as seguintes:

Funções Gerais

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Instalações Municipais»;
- Inclusão de nova ação «Aquisição de Máquinas e Viaturas» no projeto «Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas»;

Funções Sociais:

- Reforço da dotação da ação «PRIA – Percursos em Rede na Inclusão Ativa»;
- Reforço da dotação da ação «Serviços Prestados pela Empresa Multimunicipal – Simarsul»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Rede de Esgotos»;
- Reforço da dotação da ação «Regularização da Ribeira da Salgueirinha»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Furos de Captação e Estações de Tratamento com inclusão de nova ação, «Ramais de Energia Elétrica»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos»;
- Reforço da dotação da ação «Ligação do largo adjacente à Rua Infante D. Henrique (antigo Largo da Mitra) à zona central de Pinhal Novo»;
- Reforço da dotação da ação «Requalificação do Cemitério de Palmela»;
- Inclusão de nova ação «Desenho de peças em 3D» no projeto «Arqueologia»;
- Reforço da dotação da ação «Construção e Beneficiação de EJR e Polidesportivos»;
- Reforço da dotação da ação «Requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão»;

Funções Económicas:

- Reforço da dotação da ação «Iluminação Pública – Consumo»;
- Inclusão de nova ação «Pavimentação da Rua da Quinta da Várzea, em Quinta do Anjo»;
- Reforço da dotação da ação «Instalação de Postos de Carregamento de Veículos Elétricos (PCVE)»;
- Inclusão de nova ação «Plano Municipal de Acessibilidades de Palmela».

Para além dos reforços enunciados efetuaram-se anulações nas GOP no valor global de 359.065 € (trezentos e cinquenta e nove mil e sessenta e cinco euros), decorrentes, no essencial, de alterações de programação.

O total do Orçamento após a 1ª Alteração Modificativa é de 67.684.099,57 € (sessenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, noventa e nove euros e cinquenta e sete cêntimos) que representa um acréscimo de 23,56% relativamente ao Orçamento atual.

Nos termos do nº 5, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), o saldo gerência de 2020 financia 6.968.619,57€ do reforço em despesas correntes agora proposto.

Assim, e tendo em consideração que após a fixação do saldo de gerência de 2020 através da aprovação do «Mapa de Fluxos de Caixa» é urgente a sua incorporação nos documentos previsionais de 2021, de modo a possibilitar o acesso a recursos financeiros com uma expressão

muito substantiva, indispensáveis para a concretização do seu plano de atividades e plano de investimentos.

Propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com o art.º 130.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que a Câmara Municipal aprove, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025.

ANEXOS:

- 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025
- Cópia da deliberação «Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa».

Sobre a proposta de 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021-2025, numerada DAFRH 01_05-21, intervêm:

O **Sr. Vereador Pulo Ribeiro** refere que o grande comentário que fez ao orçamento para 2021, foi feito em sede de debate no mês de dezembro do ano passado e, aqui, trata-se de, mais uma vez, integrar o saldo de gerência, por causa das novas regras que é agora mais rápido, mas ainda é preciso esperar pelas contas do saldo de gerência. No entanto, repete o que já afirmou, aquando da aprovação do orçamento, porque constam aqui mais 10 milhões de euros que transitam de 2020 para 2021, verba que, na altura, não foi gasta e que ficou para trás, por força de vários atrasos no investimento, portanto, com isso perde o município e mais tarde chegam os investimentos às pessoas. Ainda assim, a apreciação política que faz relativamente ao orçamento e a esta alteração modificativa é no sentido de abstenção, tal como vem sendo habitual em relação às alterações permutativas ou modificativas ao orçamento, visto que, neste caso, era uma alteração previamente anunciada dada a enormidade da verba que ficou de 2020 para 2021 e também é assim que se justifica que passem de um orçamento inicial de 54 milhões para um orçamento final de 67 milhões e na tradição desta autarquia, sobretudo, nos últimos anos, nunca se consegue fazer uma grande execução orçamental e a verba vai transitando de ano para ano, vai parecendo sempre um “bolo grande”, mas estão sempre a falar das mesmas obras, obras essas que tardam em aparecer feitas.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que sem voltar a toda a análise que já fizeram ao orçamento, até porque esta proposta é apenas uma alteração modificativa, ou seja, no fundo é a incorporação do saldo de gerência em pequenos ajustes que também já se previa que fosse acontecer, portanto, tratando-se de uma operação de gestão do executivo, o PS irá manter o sentido de voto de abstenção.

O **Sr. Presidente** esclarece o Sr. Vereador Paulo Ribeiro que quando refere que não se consegue uma grande execução orçamental em Palmela, está certamente a esquecer-se de fazer a média com a execução orçamental da AML e, acrescenta que, em Palmela, a execução orçamental está acima da média, quer na receita, quer na execução da despesa mas, naturalmente, que nesta alteração modificativa, se estivesse incluído o conjunto de novas obras, diria, muito certamente, que a autarquia teria guardado o dinheiro para fazer as obras

no ano das eleições autárquicas. Refere ainda que já foi sobejamente explicado que estão em processos de candidaturas a fundos comunitários, de empreitadas muito complexas e dispendiosas que têm de ser muito mais fundamentadas em relação a outras autarquias, porque Palmela é a 4ª autarquia com maior número de candidaturas aprovadas, portanto, nunca se fez tanta obra, mas com os problemas que tem havido no desenvolvimento das empreitadas e nos concursos, tem havido, de facto, um arrastamento que, ainda assim, não é tão atípico em obras desta natureza. Refere ainda, sem recorrer a comparações com outros concelhos, até com obras semelhantes e que tiveram de suspender e, inclusivamente de abandonar, até nova reavaliação técnica e financeira, reitera que o Plano e Orçamento não só pretende dar resposta a todos os compromissos políticos da maioria, dar resposta, praticamente a todas as questões que tiveram, a oposição teve a oportunidade de chamar a atenção para integrar no Plano, nesse contexto, considera que este é o orçamento que têm e até gostava de ter um saldo maior, por exemplo, na receção de algumas taxas atinentes de uma grande AUGI que em 2020 permitiria incorporar em 2021 e possivelmente, estariam agora a falar de outros investimentos que têm de ser feitos, para garantir o futuro, em matéria de reserva de terrenos e de equipamentos, até mesmo em relação ao que foi aprovado recentemente na estratégia local de habitação e, sobretudo, quando houve da parte da Administração Central uma possível redução substancial de verba para o programa "1.º Direito", que, no fundo, é fazer com que as autarquias desenvolvam estratégias a pensar em determinada verba e depois reduzir, o que significa que as autarquias vão ter, no futuro, nestas áreas da habitação e outras, que contar cada vez mais com receitas próprias. Depois, da leitura que fazem do estado da economia, aquilo que se prevê para 2022, em matéria de arrecadação de impostos, não havendo economia, emprego, desenvolvimento económico, não há geração de receita. Em relação ao Orçamento, refere que faz justiça aos compromissos das forças políticas para este mandato e, oxalá que consigam executar tudo aquilo que cada um se comprometeu e que outros não se tendo comprometido, dizem apoiar essas mesmas obras. Portanto, interessa ter este documento aprovado o mais depressa possível, para se poder lançar um conjunto de outros procedimentos que são importantes, para satisfazer as necessidades das populações.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo, Paulo Ribeiro e José Calado. Aprovado em minuta.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Aceitação de doações - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_05-21:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Nesse contexto, foram aceites, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, três doações em espécie efetuadas pela Parmalat Portugal, Produtos Alimentares Lda, Visteon Portugal Lda. e pelo Intermarché SuperPalmela Supermercados Lda. que integraram diversos bens alimentares, conforme teor das informações técnicas que se anexam.

PARMALAT PORTUGAL, Produtos Alimentares Lda NIF: 507072855	Apoio alimentar a famílias carenciadas através dos grupos socio caritativos de Pinhal Novo, Palmela, Poceirão e Marateca.	Doação: produtos lácteos e néctares de fruta, no valor de 2.844,22 euros (dois mil, oitocentos e quarenta e quatro euros e vinte e dois cêntimos)
VISTEON PORTUGAL LDA NIF: 980037042 Parque Industrial das Carrasças EN252, km12 2951-503 Palmela	Apoio alimentar a famílias carenciadas através do Centro Comunitário de S. Pedro da Cáritas Diocesana de Setúbal, em Cajados.	Doação de 90 cabazes no valor de 1.001,00 euros (mil e um euros)
INTERMARCHÉ SUPERPALMELA Supermercados Lda NIF. 507545362 Vale de Benções Volta da Pedra 2950-439 Palmela	Apoio alimentar a jovens institucionalizados na Questão de Equilíbrio "Associação de Educação e Inserção de Jovens"	Doação de produtos alimentares diversos no valor de 140,77 euros (cento e quarenta euros e setenta e sete cêntimos)
TOTAL		3,985,99 euros (três mil, novecentos e oitenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos)

Tendo em consideração a urgência na distribuição dos bens doados e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, a aceitação das doações foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 08/02/2021, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aceitação das doações objeto da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Aceitação de doação.

PROPOSTA N.º GAP 02_05-21:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Ao abrigo da alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal **delibere** a aceitação da doação que a seguir se discrimina:

NETCOURIER LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO LDA. NIF 506 697 045 Rua Luís Gonzaga do Nascimento 16 A 2900-447 Setúbal	40 sacas de ração para animais 479,19 € (quatrocentos e setenta e nove euros e dezanove cêntimos)	CROA – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL ANIMAL
--	--	---

Mais se informa que a presente doação perfaz a quantia de 479,19 € (quatrocentos e setenta e nove euros e dezanove cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE OBRAS, LOGÍSTICA E MANUTENÇÃO

DIVISÃO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PÚBLICAS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Empreitada de “Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo” – Aprovação de trabalhos a menos.

PROPOSTA N.º DOLM_DEPOP 01_05-21:

«Em reunião de Câmara realizada em 22/11/2017 foram aprovados os trabalhos e a abertura de concurso público para a realização da empreitada de “Intervenção de Natureza Estrutural para evitar derrocadas nas Encostas do Castelo”. Em reunião de Câmara realizada em 21/03/2018, foi aprovada a adjudicação da referida empreitada à firma Alberto Couto Alves, S.A., pelo valor de 2.057.700,00 € (dois milhões, cinquenta e sete mil e setecentos euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

Na empreitada em referência, verifica-se a existência de trabalhos a menos resultantes da redução de quantidades e de atividades que não foi preciso executar no âmbito do contrato inicial, no valor de 375.958,86€ (trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e oito euros e oitenta e seis cêntimos), aos quais acresceria o IVA; e a existência de trabalhos a menos, no valor de 4.710,37 € (quatro mil, setecentos e dez euros e trinta e sete cêntimos), aos quais acresceria o IVA, que igualmente não foi necessário executar, neste caso no âmbito do segundo contrato adicional. Estes trabalhos a menos devem ser deduzidos aos respetivos contratos, nos termos do artigo 379º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de janeiro, e republicado pelo D.L. 111-B/2017, de 31 de agosto, e não originarão qualquer encargo para a autarquia.

Assim, tendo em consideração os fundamentos constantes na informação técnica n.º 1311/21, em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; e do n.º 1 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de junho, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove os trabalhos a menos aqui referidos e devidamente identificados na informação acima referenciada.»

Sobre a proposta de Empreitada de “Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo”, numerada DOLM_DEPOP 01_05-21, intervém:

O **Sr. Presidente** recorda que já foram aprovados dois contratos adicionais e da mesma forma que há, agora, um volume significativo de trabalhos a menos, tiveram de aprovar, em devido tempo, pela necessidade de execução desses trabalhos, um adicional, no n.º 1 num valor de 56.738€ e no n.º 2 um valor de 52.614€. Refere ainda que o executado, face ao contrato que equivale a 81,63% do preço contratual, esta questão dos trabalhos a menos, não satisfaz a empresa, mas a autarquia só pode pagar aquilo que efetivamente foi necessário fazer-se, para além de trabalhos que o LNEC e os projetistas entenderam ser dispensáveis, como por exemplo a montagem de uma estrutura metálica de contenção muito dispendiosa que, felizmente, não foi necessário utilizar, tendo-se encontrado outras soluções técnicas para intervir naquele local e, portanto, isto fez com que a empreitada ficasse, de facto, no valor inferior de trabalhos a mais e trabalhos a menos com este saldo a desfavor da empresa, que, ainda assim, pela percentagem executada, não obriga o município a indemnizar a empresa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Autorização para abertura de procedimentos concursais comuns, visando a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_05-21:

«Considerando que:

1. Por deliberação camarária, tomada em 13 de janeiro de 2021, foi aprovado o montante máximo a título de encargos com recrutamentos necessários à ocupação de novos postos de trabalho a preencher no ano de 2021, no valor de € 320.513 (trezentos e vinte mil quinhentos e treze euros), em consonância com a dotação global constante no orçamento

municipal a vigorar em 2021, conforme preceituado nas disposições conjugadas na al. a) do nº 2 do art.º 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e no nº 3 do art.º 31º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Prescreve, por seu turno, o nº 7 do art.º 31º da LTFP que *"Em caso de desocupação permanente de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e anteriormente ocupados, podem as correspondentes verbas orçamentais acrescer ao montante previsto para encargos com o recrutamento de trabalhadores"*.

2. No mapa de pessoal de 2021, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 17 de dezembro de 2020, existem diversos postos de trabalho vagos, designadamente, nas carreiras gerais de técnico superior e de assistente operacional, para satisfação de necessidades permanentes dos serviços municipais, de acordo com as atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.
3. Atualmente existe a necessidade de reforço de pessoal em postos de trabalho, designadamente na carreira técnica superior - nas áreas funcionais de relações internacionais, gestão de candidaturas a financiamentos externos e projetos financiados, e ainda de engenharia do ambiente -, bem como na carreira de assistente operacional - nas áreas funcionais de calcetaria, carpintaria, e de eletricista-auto.
4. Salienta-se, que, de acordo com o imperativo legal, foi assegurado o procedimento prévio de aferição de pessoal disponível em situação de valorização profissional, junto da respetiva entidade gestora supramunicipal- Área Metropolitana de Lisboa (cfr art.º 34º da Lei nº 25/2017, de 30 de maio, conjugado com o art.º 16º do DL nº 209/2009, de 3/9, na atual redação), que comunicou a este município, em 19 de janeiro e 03 de fevereiro de 2021, através de correio eletrónico, que a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias (EGRA) ainda não se encontra constituída na Área Metropolitana de Lisboa.
5. Uma vez que o município de Palmela se encontra em situação de equilíbrio financeiro não lhe são impostas, por via da LOE/2021 (Lei nº 75-B/2020, de 31/12), quaisquer restrições ao recrutamento de pessoal, sem prejuízo, contudo, da necessária observância das regras de equilíbrio orçamental, bem como do cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, devendo, nesse sentido, ser prestada trimestralmente informação detalhada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).
6. Tendo presente os princípios de racionalização e de eficiência que devem nortear a gestão de recursos humanos, no que concerne designadamente à economia processual, atenta a necessidade de imprimir a máxima celeridade às admissões de pessoal, potenciando a constituição uma reserva de candidatas/os aprovados mais alargada, por forma a suprir necessidades permanentes de serviço, durante o respetivo período de validade (18 meses

após a homologação da lista unitária de graduação), não descurando a prioridade legal de recrutamento candidatas/os detentoras/es de relação jurídica vínculo contratual público por tempo indeterminado, consagra o art.º 30º nºs 4, 5 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) , aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o art.º 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, a possibilidade do órgão executivo municipal autorizar a abertura de procedimento concursal com alargamento a candidatas/os sem aquele vínculo.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal, nos termos o nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o estatuído no nº 3 do art.º 30º da LTFP delibere autorizar a abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, destinados à ocupação de postos de trabalho nas carreiras e categorias, a seguir referidas, com alargamento a candidatas/os sem relação jurídica de emprego público, condicionada à observância da prioridade legal na admissão estabelecida para as/os vinculadas/os à administração pública por tempo indeterminado.

Carreiras/categorias:

- a) Carreira Técnica Superior - área funcional de relações internacionais, gestão de candidaturas a financiamentos externos e projetos financiados;
- b) Carreira Técnica Superior - área funcional de engenharia do ambiente;
- c) Carreira/categoria de Assistente Operacional - área funcional de calcetaria;
- d) Carreira/categoria de Assistente Operacional - área funcional de carpintaria;
- e) Carreira/categoria de Assistente Operacional - área funcional de eletricista-auto.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Protocolo de Colaboração entre a Fundação Santa Rafaela Maria e o Município de Palmela no âmbito do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_05-21:

«A Fundação Santa Rafaela Maria, criada por iniciativa da Congregação das Escravas do Sagrado Coração de Jesus, é uma Fundação de Solidariedade Social que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento integral, humano e cristão da pessoa, sobretudo daquelas mais carenciadas.

Com sede no concelho da Moita, esta instituição apoia crianças e jovens que se encontram em situação de risco, bem como famílias socialmente desfavorecidas e em condição de exclusão.

Abrange diversas áreas de intervenção, das quais se destacam a educação, a família, a empregabilidade e a área das migrações.

Esta Fundação dispõe, desde 2007, no Bairro Quinta Fonte da Prata, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes – Fonte da Prata (CLAIM). É um espaço de informação descentralizado, ligado ao Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), que visa apoiar a população imigrante que escolheu Portugal como país de acolhimento.

O CLAIM constitui-se como um serviço de proximidade, como um espaço de apoio e de atendimento personalizado, que procura, localmente, apoiar o processo de integração desta população, incidindo em matérias como a autorização de residência, a aquisição da nacionalidade portuguesa, o reagrupamento familiar, as equivalências académicas, apoiando no acesso à educação, à saúde, aos apoios sociais, ou ainda no retorno voluntário ao país de origem.

A Fundação Santa Rafaela Maria, em 2020, viu aprovada uma candidatura ao FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, a qual permitirá reforçar os seus recursos e dar continuidade ao trabalho desenvolvido no CLAIM, ampliando a área de intervenção territorial no que diz respeito ao processo de acolhimento e integração desta população.

Desta forma, considerando:

- a experiência e o trabalho desenvolvido pela Fundação Santa Rafaela Maria, no âmbito das migrações;
- que esta instituição tem, nos últimos dois anos, assistido a um aumento da procura por parte de migrantes residentes no Município de Palmela, e que cerca de 15% dos cidadãos atendidos são munícipes do concelho de Palmela, traduzindo-se em cerca de 100 pessoas, oriundas sobretudo da freguesia de Pinhal Novo (cerca de 80 pessoas);
- os dados apresentados no “Anuário Estatístico Palmela 2017” que registam a residência no concelho de Palmela de 1.918 cidadãos estrangeiros (aumento de 0,7% face a 2016);
- que se trata de uma tendência demográfica que se considera que pode ganhar expressão nos próximos censos, não existindo, no Município, respostas específicas que respondam as estas problemáticas;

propõe-se, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Colaboração no âmbito do Projeto CLAIM, cuja minuta se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de Colaboração entre a Fundação Santa Rafaela Maria e o Município de Palmela no âmbito do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, numerada DECS_DISS 01_05-21, intervém:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que os atendimentos a migrantes irão ser realizados pelos técnicos da Fundação Santa Rafaela Maria, na 1ª e 5ª semana de cada mês, no período da manhã, entre as 9 e as 13 horas. A autarquia cedeu gratuitamente espaços para se fazerem as sessões de esclarecimento, nomeadamente o CRJ de Pinhal Novo, a Biblioteca de Palmela e também ficou acordado, alargar estes espaços nas restantes freguesias do concelho, sobretudo na União de freguesias de Poceirão e Marateca e na Freguesia de Quinta do Anjo, nas instalações das juntas. Acrescenta um pequeno esclarecimento que foi feito na cláusula 2ª na alínea e), para não haver confusão com freguesia de Palmela, colocaram nas freguesias do concelho de Palmela, mas não o fizeram na cláusula 3ª na alínea d) “colaborar na divulgação das freguesias do concelho de Palmela” para não criar confusão nas freguesias de Palmela, por isso é uma questão que irá ser corrigida.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE BIBLIOTECAS E PATRIMÓNIO CULTURAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Projeto Digital de Proximidade – Contrato de Comodato entre o Município de Palmela e a Associação de Municípios da Região de Setúbal.

PROPOSTA N.º DCDJ_DBPC 01_05-21:

«A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) endereçou o convite à Associação de Municípios da Região de Setúbal e aos municípios seus associados, para a implementação do projeto «Comunicação Digital de Proximidade» [projeto 526 do Orçamento Participativo de Portugal (2017)], com vista à promoção da literacia mediática. Este projeto, coordenado na região pela Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Setúbal, no âmbito da Associação de Municípios da Região de Setúbal, prevê a criação, nas Bibliotecas aderentes, de um espaço físico (no caso da Rede de Bibliotecas Públicas Municipais do Concelho de Palmela situar-se-á na Biblioteca do Municipal do Pinhal Novo) e a disponibilização de equipamentos audiovisuais, a cidadãos interessados, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento de projetos, individuais ou coletivos, de conteúdos digitais.

Foi assinado, em 2019, entre a AMRS e a Câmara Municipal de Palmela o Protocolo de Colaboração para a Execução do Projeto «Comunicação Digital de Proximidade», aprovado no âmbito do Orçamento Participativo Portugal.

Apesar das interrupções provocadas pelos sucessivos Estados de Emergência, está a decorrer no Instituto Politécnico de Setúbal, desde 2020, uma ação de Formação destinada a dois técnicos da Biblioteca, que ficarão afetos, também, ao projeto.

Propõe-se agora, para concretização do mesmo, a assinatura do Contrato de Comodato - Equipamento para implementação do projeto Comunicação Digital de Proximidade, assumindo a Câmara Municipal de Palmela, em regime de comodato, os equipamentos adquiridos.

Assim **propõe-se**, em conformidade com a alíneas r) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aceitação e aprovação do Contrato de Comodato a estabelecer com a Associação de Municípios da Região de Setúbal, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** menciona que existe uma inscrição do público (Sr. Bruno Lourenço), efetuada através de e-mail, e passa a expor o assunto:

Nota: a exposição é apresentada pelo Sr. Presidente da seguinte forma:

O Sr. Bruno Lourenço, promotor imobiliário que adquiriu vários lotes em Vale Flores está a desenvolver na zona do Pinhal Novo, no empreendimento já referido tem em construção o lote 322 e, futuramente pretende avançar para os lotes 323 e 324 mas, neste momento, no lote 322 existe um processo de construção para o qual foi atempadamente alertado que iria demorar a ter infraestrutura elétrica no local, o Sr. Bruno Lourenço, com grande esforço, está a construir utilizando um gerador e, portanto, coloca a questão, em que ponto e para quando está a situação da energia a ser programada e a sua respetiva colocação.

Face à questão apresentada, o **Sr. Presidente** responde dizendo o seguinte:

. Refere que o Sr. Bruno Lourenço já teve uma resposta por escrito mas, naturalmente, que a autarquia não consegue comprometer-se com uma data. No entanto, esclarece que o município concluiu recentemente, mais uma empreitada de reabilitação de infraestruturas naquele loteamento abandonado, as duas 2 empreitadas já ultrapassaram os 500.000 €, ainda assim,

não se trata de uma questão de investimento, mas de um problema de desentendimento com a EDP quanto à infraestrutura pré-instalada e a nova infraestrutura colocar nas próximas empreitadas, dado que a EDP vem, hoje, exigir uma alteração naquilo que foi inicialmente aprovado. Nos últimos meses, o município tem vindo a discutir este assunto, até já no plano jurídico e, nas últimas 2 reuniões em que participou com toda a estrutura técnica e também com os responsáveis da área operacional e decisória da EDP sobre esta matéria, informa que foi encontrada uma solução de compromisso, uma vez que a EDP tem-se recusado a rececionar determinados troços e determinadas obras e, o município alicerçado na leitura do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação tem um entendimento diferente, ou seja, aquilo que a EDP aprovou não caducou e cumpre aceitar as infraestruturas de acordo com as aprovações anteriormente dadas. Sem prejuízo deste desencontro, o problema tem sido os períodos de resposta da EDP, mas, reitera que, nas 2 últimas reuniões que têm ocorrido com uma periodicidade semanal, estão a dar resultados e estão a procurar ir ao encontro das pretensões, pelo que se prevê lançar, muito em breve, após esta revisão ao orçamento, uma empreitada para equipar 3 postos de transformação que estão em falta nas zonas que, atualmente, estão a ter uma forte construção. Depois, entende-se que há condições para se fazer uma ou outra ligação ao posto de transformação já existente para mais 2 ou 3 situações e há outra situação que também tem sido um pública, nos últimos tempos, na zona que já está concluída, que alguns construtores não conseguiam obter um quadro de obras, para abandonarem as soluções de utilização de gerador e outras, quando a obra já estava terminada, pelo que, soube-se, na semana passada, que um deles, ao realizar obras com as suas máquinas, danificou um dos armários de distribuição e, obviamente que a EDP recusa-se a pôr rede naquela zona, enquanto esse armário não for repostado. Esclarece que o município já tomou diligências nesse sentido, o próprio empreiteiro que havia feito toda a instalação elétrica, não só tem estado, durante esta semana, a repor a situação independentemente de quem é que vai pagar o estrago, para que a EDP reponha a rede nessa zona. Portanto, o município já fez a sua obrigação, repôs e pagou e infraestruturou, porém, a situação apresentada pelo Sr. Bruno Lourenço, não é possível ao município comprometer-se com datas, mas é um assunto que está a ser trabalhado com toda diligência para que seja possível, daqui a um ou dois meses, as pessoas quando precisarem de fazer escrituras, ocupar as suas casas, possam ter eletricidade o mais depressa e também para que os promotores imobiliários possam utilizar a rede elétrica, em vez de utilizar outras alternativas, nomeadamente esta que têm vindo a utilizar que é dispendiosa e pouco amiga do ambiente.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e quinze minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco